SERCOMTEL™

Sercomtel S.A. Telecomunicações
CNPJ 01.371.416/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas,

Nosso intuito é aproximar e conectar, por meio de nossos serviços, o que é importante para o cliente e para a companhia. Trabalhamos com foco na qualidade e na melhor experiência do cliente para gerar valor e transmitir a credibilidade da marca Sercomtel.
Em nome da Administração, agradeço o apoio dos nossos Acionistas, a fidelidade dos nossos clientes, a parceria dos nossos fornecedores e aos colaboradores da Sercomtel. Renovo aqui, nosso compromisso de reconstrução e retomada de crescimento sustentável da Companhia, seguiremos com uma atuação enérgica e atenta para que a Sercomtel retome seu papel de pioneira em tecnologia de telecomunicações.

Marcio Tiago Martins Arruda
DIRETOR PRESIDENTE

PERFIL ORGANIZACIONAL

A Sercomtel S.A. – Telecomunicações, fundada em 1964 pelo Município de Londrina, foi constituída como uma autarquia municipal. Em 1996, passou para o regime de Sociedade Anônima de Economia Mista, sendo desestatizada em dezembro de 2020 e atualmente faz parte do Grupo Ligga S.A. As atividades principais são a prestação e exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”), do Serviço de Telefonia Móvel Celular (“SMP”) e Serviços de Banda Larga (“SCM”).
A Companhia atende 15 municípios com rede própria com os serviços de Banda Larga e Voz, e 183 municípios com serviços de voz da Sercomtel em parceria com os serviços de dados da Ligga Telecom, totalizando 198 municípios potencialmente atendidos no Estado do Paraná. Na telefonia celular opera nas cidades de Londrina e Tamarana.

CENÁRIO ECONÔMICO SETORIAL

A entrada da rede 5G é vista como fundamental para impulsionar o crescimento da companhia, uma vez que a procura por internet de maior velocidade de conexão é o desejo de muitos clientes. A rede 5G proporciona cobertura mais ampla e eficiente, além de possibilitar que mais usuários estejam conectados simultaneamente.
As operadoras brasileiras do setor de telecomunicações estão investindo cada vez mais – somente esse ano estão previstos cerca de R$ 35 bilhões – para continuar permitindo o avanço da tecnologia e assim continuar impactando a forma com que as pessoas se conectam, trabalham, estudam e se divertem.
Um dos fatores que tem pressionado muito o setor de telecomunicações é o crescimento exponencial das plataformas de streaming, redes sociais e outras empresas consideradas Over The Top, as OTTs. Todos esses dispositivos exercem atividades similares às das operadoras de telecomunicações, que envolve basicamente transmissão de dados, voz e vídeos, proporcionando um desafio ao setor de telecomunicações em relação à competitividade de mercado, visto que as regras e obrigações aplicáveis são distintas, bem como o tratamento regulatório e tributário também são diferentes.
De acordo com o apurado na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços do setor de telecomunicações fechou 2022 com queda de 6,7%, considerando o acumulado do ano.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2022, destacamos como mais relevantes em termos de construção de redes a realização de 9 projetos de alívios que geraram 7.712 facilidades e 20 projetos de prumadas de edifícios gerando 1.440 facilidades para comercialização.
Demais atividades foram em manutenção e operação da planta de rede ópticas e metálicas e equipamentos de telecomunicações e de infraestrutura.
Também foram desenvolvidas melhorias nos processos através da área de Tecnologia da Informação, tais como implantação do Site de Vendas de Banda Larga, evolução do Sistema de Vendas Sercomtel e implantação da plataforma de produtividade e colaboração.

Pela área de Engenharia podemos destacar:
• Ativação de 2 links DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing);
• Implantação de rede Metro Ethernet via fibra óptica para interligar os distritos de Tamarana, Lerroville, São Luiz, Guaravera e Taquaruna à cidade de Londrina;
• A Certificação MANRS (Mutually Agreed Norms for Routing Security - Normas Mutuamente Acordadas para Segurança de Roteamento);
• Ativação da Rede Móvel 3G no distrito de São Luiz;
• Ampliação de 15 mil acessos de banda larga sobre fibra, aumentando a cobertura para mais 55 mil HPs (Home Passed) em vários bairros da cidade de Londrina.
• Desenvolvimento de aplicativo para celular, destinado ao uso do instalador terceirizado possibilitando realizar todos os procedimentos para ativação, configuração e consulta de acesso de banda larga sobre fibra.

Pela área de Marketing, tivemos o lançamento dos seguintes produtos:
• Banda Larga Exclusiva e Combo (Banda Larga + Voz) de 300MB + 200MB com SVA (Serviço de Valor Adicionado).
• Campanhas de fidelidade (12, 24 e 36 meses) para os planos DDR Plus, DDR Mais e DDR Corporativo.
• Banda Larga Exclusiva e Combo (Banda Larga + Voz) de 200MB, 300MB, 400MB e 500MB com SVA sem contaweb.
• Plano do STFC Prefixo 0303.
• Novas faixas de canais para o plano DDR Plus.
• Serviço de IP Redundante.
• Campanha de isenção da 2ª e 3ª mensalidades para condomínios.
• Serviço de habilitação de DDR em Nuvem.
• Campanha de atração e retenção/portabilidade com Banda Larga de 500MB + Plano Mais + SVA + Mesh + Super Pré Internet.
• Campanha de migração de tecnologia de banda larga metálica para fibra (Banda Larga 100MB + Plano Mais + SVA).
• Campanha Double Friday de Banda Larga Exclusiva de 600MB e Combo 600MB (Banda Larga + Voz).
• Campanha de varejo com Banda Larga Exclusiva de 200MB, 400MB e 600MB e Combo de 200MB, 400MB e 600MB (Banda Larga + Voz) com SVA.
• Campanha de atração para o bairro Bem Viver de Banda Larga Exclusiva e Combo (Banda Larga + Voz) de 200MB + 100MB.

Pela área de Comunicação podemos destacar as seguintes ações:
• Instalação de internet fibra óptica no Centro Cultural Indígena, em parceria com a Funai, Rotary Londrina Sul e PUC.
• Doação de computadores para o Programa Profissão 4.0 de Prado Ferreira.
• Lançamento da Primeira Cabine Literária.
• Arena Game Sercomtel em todos os shoppings da cidade com simuladores de corrida.
• Participação da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina com stand interativo e participação da Expo Games com a Arena Sercomtel com simuladores de corrida.
• Lançamento do Truck Sercomtel, um veículo tecnológico e interativo com simuladores de corrida e óculos de realidade virtual.
• Ação Social - Decoração de Natal, montagem do Túnel de Luz da Avenida Higienópolis.
• Ações Internas retratando o Dia da Mulher, Outubro Rosa e Novembro Azul.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O cenário econômico brasileiro para o ano de 2022 apresentou-se, de certa forma, estagnado. Em razão do cenário político, a taxa de desemprego continuou alta, alavancada principalmente pelo baixo volume de investimentos no País. As projeções de mercado sinalizam para o próximo ano a sua manutenção.
A Receita Operacional Líquida, no ano de 2021 foi de R$ 119.9 milhões e no ano de 2022 de R$ 128.8 milhões, com um aumento de R$ 8.9 milhões, representando 7,44% de aumento em relação a 2021. Tal variação decorre principalmente pela diminuição da alíquota de ICMS de 29,00% para 18,00%.
O Prejuízo Líquido no ano de 2021 foi de R$ 34.6 milhões e no ano de 2022 de R$ 48.7 milhões, com um aumento de R$ 14.1 milhões, representando 40,74% de aumento em relação a 2021, sendo que o prejuízo apresentado neste exercício foi alavancado por um fato não operacional relacionado à necessidade de complementação da estimativa de perdas relacionadas às questões regulatórias.

GESTÃO DE PESSOAS

Na administração de benefícios, além do Auxilio creche; Cesta escolar; Auxílio filho portador de necessidades especiais; Auxílio funeral; Plano de saúde Hospitalar; Plano odontológico DentalUni; Seguro de vida em grupo, administração dos vales refeição e alimentação (Sodexo), implantamos Programa de Ginastica Laboral 2 x por semana, e Quikc Massage 2 x ao mês, Gympass, NewValue.
Destacamos a realização de eventos com foco na Saúde e Segurança, determinados pelas Normas Regulamentadoras: NR 05 – Formação dos Membros da CIPA, Atualização de norma técnica: NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 - Trabalho em Altura; NR 06 Equipamentos – totalizando 135 participações. E ainda, a realização do programa de Estágio Ligga Sercomtel, Escola de Líderes.
Pensando no bem-estar físico e emocional dos colaboradores, em 2022 a Sercomtel promoveu iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do capital humano. Nos programas de monitoramento da saúde e da gestão da qualidade de vida dos empregados, sendo estes os que atuam em áreas de risco, bem como os demais que atuam em áreas administrativas e técnicas da Sercomtel e considerando os protocolos de segurança e prevenção pós Covid-19.
A área de saúde tem como objetivo promover a saúde (ocupacional e pessoal) e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. Portanto, é um trabalho de prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais, mediante o desenvolvimento e implantação do PGR – Programa de Gerenciamento Ambiental e PCMSO – Programa Médico de Saúde Ocupacional.
Organizou a campanha de vacinação, disponibilizou aos empregados 165 doses da vacina tetravalente contra gripe H1N1.
Foram atendidas todas as recomendações da OMS – Organização Mundial da Saúde, quanto aos cuidados na prevenção pós COVID-19.

SUSTENTABILIDADE

Nossa visão sobre a sustentabilidade está relacionada a como nossos negócios podem contribuir para solucionar desafios atuais e futuros da sociedade e como nos relacionamos com nossos públicos. Manter rigorosos padrões éticos de atuação; apresentar ao mercado soluções com alto valor agregado; trabalhar de forma mais conectada, simples, ágil e inteligente; ter responsabilidade sobre os impactos das nossas atividades no meio ambiente e na vida das pessoas; para nós, tudo isso está relacionado à sustentabilidade.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As boas práticas de Governança Corporativa e compliance estão presentes na rotina da Sercomtel, sendo base de sustentação para os negócios da companhia com a adoção de práticas e diretrizes do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corportiva (IBGC).
Pensando em estratégias que permitam equilíbrio entre a eficiência e controle, a Governança Corporativa juntamente com o compliance atua de forma que a companhia tenha uma administração ética, íntegra e transparente, através de Programa de Integridade e Códigos de condutas profissionais e de fornecedores. Além, da disponibilização de Canal de Denúncia para que sejam relatadas as ações que não estejam de acordo com as diretrizes da empresa e em desconformidade com os Códigos de Conduta.
Em atendimento às legislações vigentes, acompanhamos os mandatos dos membros dos cargos executivos e conselheiros, bem como divulgamos publicamente o relatório anual da Administração.
A estrutura de Governança Corporativa da Sercomtel é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Conselho de Administração

É o órgão responsável pela orientação das diretrizes e políticas gerais referentes aos negócios da Companhia, incluindo suas estratégias de longo prazo.
Os membros do Conselho de Administração para gestão 2022-2024 são:

NOME	POSIÇÃO
Hélio Calixtro da Costa	Presidente
Cláudio Sérgio Tedeschi	Membro
Rafael Lamastra Jr	Membro

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão da Companhia responsável, principalmente, pela administração e pelo monitoramento diário das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral dos
Acionistas e pelo Conselho de Administração.
A Diretoria Executiva, para a gestão 2022 -2024, é composta pelos membros:

CARGO	NOME
Diretor Presidente e Técnico	Marcio Tiago Martins Arruda
Diretor de Negócios Estratégicos	Tiago Carnelós Caetano
Diretora Jurídica	Mariana Barreto Rezende de Oliveira
Diretora Administrativo Financeira	Rosangela Miqueletti Martins de Oliveira

Contador

Sergio Paludeto Reche
Contador CRC PR 041.464/O-4

Balanço Patrimonial - Ativo
(Em milhares de reais)

	Nota	dez/22	dez/21
CIRCULANTE		**83.841**	**96.777**
Caixa e equivalente de caixa	4	44.695	47.955
Contas a receber	5	18.218	19.990
Estoques	6	5.981	6.186
Impostos a recuperar	7	3.849	2.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	1.132	1.132
Créditos a compensar	9	5.283	5.616
Valores a rec. Venda terrenos	10	583	8.249
Despesas do período seguinte		3.713	4.515
Outros créditos		387	375
NÃO CIRCULANTE		**399.782**	**218.643**
Realizável a longo prazo		128.342	42.511
Impostos a recuperar	7	1.630	1.664
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	23.775	23.775
Créditos a compensar	9	-	4.862
Valores a receber da venda imobilizado	10	-	687
Depósitos judiciais	11	11.065	11.523
Empréstimos a outras empresas	12	85.804	-
Nota comercial	13	6.068	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	99.000	-
Imobilizado	15	171.620	174.656
Intangível	16	820	1.476
		483.623	**315.420**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais)

	Nota	dez/22	dez/21
CIRCULANTE		**187.053**	**108.520**
Fornecedores	17	25.941	38.371
Taxas, contribuições e impostos	18	2.656	4.467
Impostos	19	16.746	36.136
Pessoal, encargos e benefícios	20	7.575	12.661
Empréstimos e financiamentos	21	122.638	6.001
Consignação em favor de terceiros	22	5.919	5.546
Parcelamentos Anatel	26	2.956	2.718
Parcelamentos Supre	27	1.294	1.203
Outros valores a pagar		1.328	1.417
NÃO CIRCULANTE		**237.208**	**182.132**
Fornecedores	17	13.340	1.407
Impostos	19	108.765	78.830
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação	23	1.549	1.653
Benefícios pós emprego	24	24.425	22.241
Provisão para contingências	25	67.281	57.590
Parcelamentos Anatel	26	8.238	10.353
Parcelamentos Supre	27	2.968	3.939
Contrato concessão/autorização		3.212	2.163
Outras obrigações		7.430	3.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**59.362**	**24.768**
Capital social	28	392.415	392.415
Capital social a integralizar		-	(80.000)
Reserva de reavaliação		2.454	2.656
Ajuste passivos atuariais		(844)	(4.207)
Prejuízo acumulado		(334.663)	(286.096)
		483.623	**315.420**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultados dos Exercícios em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	dez/22	dez/21
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**174.993**	**174.931**
Serviços de telecomunicações e vendas de mercadorias		174.993	174.931
DEDUÇÕES E IMPOSTOS SOBRE RECEITAS		**(46.128)**	**(54.988)**
Icms		(38.627)	(48.117)
Pis/Pasep		(1.270)	(1.190)
Cofins		(6.231)	(5.680)
Vendas canceladas		-	(1)
Receita operacional líquida		**128.865**	**119.943**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS		(73.138)	(76.836)
Resultado bruto		**55.727**	**43.107**
DESPESAS OPERACIONAIS		**(105.192)**	**(83.298)**
Despesas comerciais		(24.320)	(23.865)
Despesas gerais e administrativas		(48.238)	(47.091)
Outras despesas/receitas operacionais	29	(32.634)	(12.342)
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**-**	**(1.533)**
Resultado de equivalência patrimonial		-	73
Redução no valor de investimentos		-	(1.606)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(49.465)**	**(41.724)**
RESULTADO FINANCEIRO		**641**	**6.925**
Despesas financeiras	30	(35.763)	(10.387)
Receitas financeiras	30	36.404	17.312
Lucro (Prejuízo) antes do imposto renda e contribuição social		**(48.824)**	**(34.799)**
Deduções do resultado		**87**	**170**
Provisão para imposto de renda		64	125
Provisão para contribuição social		23	45
Lucro (Prejuízo) líquido		**(48.737)**	**(34.629)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

➤➤➤➤➤

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste Passivos Atuariais	Capital Social a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**392.415**	**2.986**	**-**	**(80.000)**	**(251.797)**	**63.604**
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(34.629)	(34.629)
Realização da reserva de reavaliação	-	(330)	-	-	330	-
Ajustes passivos atuariais	-	-	(4.207)	-	-	(4.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**392.415**	**2.656**	**(4.207)**	**(80.000)**	**(286.096)**	**24.768**
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(48.737)	(48.737)
Capital social a integralizar	-	-	-	80.000	-	80.000
Baixa de bens reavaliados	-	(32)	-	-	-	(32)
Realização da reserva de reavaliação	-	(170)	-	-	170	-
Ajustes passivos atuariais	-	-	3.363	-	-	3.363
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**392.415**	**2.454**	**(844)**	**-**	**(334.663)**	**59.362**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	dez/22	dez/21
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	(48.737)	(34.629)
Ajustes por:		
Depreciação	17.142	16.670
Valor residual ao ativo permanente baixado	3.593	74
Provisão para baixa de imobilizado	(214)	(106)
Ajustes passivos atuariais	3.364	(4.207)
Provisão para contingências	9.691	(33.250)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(73)
Redução no valor de investimentos	-	1.606
Contrato de concessão	1.049	3
	(14.112)	**(53.912)**
Variações no ativo circulante		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	1.772	(265)
(Aumento) Redução em estoques	206	(1.873)
(Aumento) Redução em Valores Rec- Venda Terrenos	7.666	(815)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(1.090)	(243)
(Aumento) Redução em outros créditos	(13)	261
(Aumento) Redução em despesas período seguinte	802	(2.618)
(Aumento) Redução em créditos a compensar	333	514
	9.676	**(5.039)**
Variações no passivo circulante		
Aumento (Redução) em pessoal, encargos e benefícios sociais	(5.085)	2.870
Aumento (Redução) em fornecedores	(12.430)	21.472
Aumento (Redução) em impostos, taxas e contribuições	(20.963)	4.409
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	116.637	5.710
Aumento (Redução) em outras obrigações	1	894
Aumento (Redução) em consignação em favor de terceiros	373	(1.883)
	78.533	**33.472**
Variações no realizável a longo prazo		
(Aumento) Redução em nota comercial	(6.068)	-
(Aumento) Redução em depósitos judiciais	458	1.165
(Aumento) Redução em realizável a longo prazo	2.502	2.117
(Aumento) Redução em créditos a compensar	4.862	4.651
(Aumento) Redução em outros créditos	33	(276)
(Aumento) Redução em Valores Rec- Venda Terrenos	688	7.367
	2.475	**15.024**
Variações no exigível a longo prazo		
Aumento (Redução) em fornecedores	11.933	(15.820)
Aumento (Redução) em exigível a longo prazo	2.184	6.640
Aumento (Redução) em parcelamento de tributos	22.765	22.828
Aumento (Redução) em parcelamento Anatel	(2.114)	(2.381)
Aumento (Redução) em transf. do longo prazo p/ o curto prazo	7.170	14.270
	41.938	**25.537**
Total das atividades operacionais	**118.510**	**15.082**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Redução de capital	-	1.578
Aplicações no imobilizado	(16.966)	(28.158)
Total das atividades de investimentos	**(16.966)**	**(26.580)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos	-	2.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	(99.000)	-
Empréstimos a outras empresas	(85.804)	-
Integralização de capital	80.000	-
Total das atividades de financiamentos	**(104.804)**	**2.201**
Aumento/Diminuição de caixa e equivalente de caixa	**(3.260)**	**(9.297)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	47.955	57.252
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	44.695	47.955
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(3.260)**	**(9.297)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	dez/22	dez/21
RECEITAS		
Venda de serviços de telecomunicações	174.993	174.931
Constituição/Reversão da Prov. p/créditos de Liq. Duvidosa	731	(356)
Outras receitas	13.057	17.843
	188.781	**192.418**
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Insumos consumidos	(88)	(81)
Outros insumos adquiridos	(39.610)	(67.703)
Material e serviços de terceiros	(68.566)	(63.704)
	(108.264)	**(131.488)**
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**80.517**	**60.930**
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO		
Depreciação e amortização	(17.142)	(16.670)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**63.375**	**44.260**
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	36.404	17.312
Resultado de equivalência patrimonial	-	73
Redução no valor de investimentos	-	(1.606)
	36.404	**15.779**
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**99.779**	**60.039**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	**99.779**	**60.039**
PESSOAL		
Remunerações	14.691	20.745
Encargos sociais (exceto INSS)	7.234	9.980
Entidade de previdência privada	821	1.139
Auxílio alimentação	2.153	2.775
Convênio assistencial e outros benefícios	1.473	1.464
Custos imobilizados	(81)	(97)
	26.291	**36.006**
GOVERNO		
INSS (sobre folha de pagamento)	4.830	6.438
ICMS	38.627	48.117
Imposto de renda e contribuição social	(87)	(170)
Outros	27.071	(21.304)
	70.441	**33.081**
FINANCIADORES		
Juros e variações cambiais	35.763	10.387
Aluguéis	16.021	15.194
	51.784	**25.581**
ACIONISTAS		
Resultados retidos	(48.737)	(34.629)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Da Companhia

A Sercomtel S.A. Telecomunicações, é uma empresa fundada em 1964 pelo Município de Londrina, constituída originalmente sob regime de Sociedade Anônima de Economia Mista, cujo segmento de negócio é Telecomunicações. As atividades principais são a prestação e exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"), do Serviço de Telefonia Móvel Celular ("SCM") e Serviços de Banda Larga.

A Companhia atende 15 municípios com rede própria com os serviços de Banda Larga e Voz, e tem a possibilidade de atendimento de 183 municípios com serviços de voz da Sercomtel em parceria com os serviços de dados da Ligga Telecom, totalizando 198 municípios com possibilidade de atendimento no Estado do Paraná. Na telefonia celular opera nas cidades de Londrina e Tamarana.

As dificuldades de cunho econômico-financeiro enfrentadas, há mais de uma década, não deixaram outra alternativa que não a privatização da Companhia. Em dezembro de 2020 houve a capitalização pelo Fundo Bordeaux que culminou na alteração da natureza jurídica para o regime privado.

b) Da Concessão

Em 1998 a Companhia celebrou com a ANATEL, contrato de concessão do serviço telefônico fixo comutado local e de longa distância, outorgada a título gratuito. Em 22 de dezembro de 2005 este contrato foi prorrogado, ficando estabelecido seu término em 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê revisões em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020 visando estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade.

De acordo com a legislação regulatória em vigor, integram o acervo da concessão, sendo a ela vinculados, os bens pertencentes ao patrimônio da Concessionária e que sejam indispensáveis à prestação do serviço concedido, especialmente aqueles qualificados no contrato de concessão, como abaixo:

- Infra-estrutura e equipamentos de comutação e transmissão incluindo terminais de uso público;
- Infra-estrutura e equipamentos de rede externa;
- Infra-estrutura e equipamentos de energia e ar condicionado;
- Infra-estrutura e equipamentos de centros de atendimento e de prestação de serviço;
- Infra-estrutura e equipamentos de sistemas de suporte a operação;
- Outros indispensáveis à prestação do serviço.

No caso de risco à continuidade dos serviços ou no eventual impedimento da reversão dos bens vinculados à concessão, a ANATEL poderá negar autorização para utilização de bens por terceiros ou exigir que o respectivo Contrato contenha cláusula pela qual o proprietário se obriga, em caso de extinção da concessão, a manter os Contratos e em sub-rogar a ANATEL nos mesmos direitos dele decorrentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de forma individual com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições da lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76), com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), nos padrões da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia, voluntariamente, com o intuito de fornecer maior transparência de suas operações, inclui na divulgação de suas demonstrações contábeis a demonstração do valor adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governos e outros, e a parcela da riqueza não distribuída.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

a) *Apresentação das demonstrações contábeis*

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) *Benefícios aos empregados*

Baseado nas especificações do pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, no exercício de 2013, momento de transição de normas que regulam a matéria, foram reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Sercomtel patrocina para seus colaboradores um plano de Previdência Complementar, administrado pela Supre – Fundação de Suplementação de Aposentadoria, estruturado na modalidade de benefícios definidos.

O Plano Misto de Benefícios previdenciários é custeado por contribuições dos Participantes Ativos, Participantes Auto-patrocinados, Participantes Vinculados, Participantes Assistidos e Patrocinadoras, considerando os seguintes benefícios:

- Renda mensal de aposentadoria;
- Renda mensal de aposentadoria por invalidez;
- Renda mensal de pensão por morte;
- Renda mensal de auxílio-doença;
- Pecúlio por morte.

c) *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

d) *Contas a receber de clientes*

São valoradas pelas tarifas na data da prestação dos serviços incluindo, também, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na análise dos créditos a receber, face aos riscos envolvidos, cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e) *Estoques*

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

f) *Investimentos*

Conforme pronunciamento técnico CPC 18, os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, incluindo provisão para perdas em investimentos, quando necessária.

g) *Imobilizado*

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação registrada em 2006. A depreciação é calculada em função da vida útil estimada dos bens, revisada de acordo com os laudos técnicos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

h) *Intangível*

Está demonstrado pelo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

i) *Demais ativos circulantes e não circulantes*

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

j) *Tributos (Impostos e Contribuições)*

As receitas de vendas e serviços, em sua maioria, estão sujeitas a tributação pelo ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Parte das suas receitas estão sujeitas ao ISS – Imposto sobre Serviços e são calculadas às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo PIS/PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, onde há a incidência nos dois regimes de tributação, ou seja, cumulativo e não-cumulativo. Também, parte de suas receitas são tributadas pelo FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações).

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o lucro das Demonstrações Financeiras e o lucro para fins fiscais, com base nas alíquotas vigentes e na extensão de sua provável realização.

k) *Estimativas Contábeis*

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a premissas utilizadas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

l) *Demais passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

m) *Informação por Segmento*

A Sercomtel S.A. – Telecomunicações opera o STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, o SCM – Serviço de Comunicação Multimídia e o SMP – Serviço Móvel Pessoal, compreendendo a prestação dos serviços de telefonia fixa local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados por linha dedicada, banda larga, serviço móvel celular e outros, segmentado geograficamente no Paraná tendo como matriz a cidade de Londrina.

A Sercomtel tem possibilidade de atendimento em 198 cidades paranaenses. São 15 cidades atendidas com infraestrutura própria e, em parceria com a Ligga Telecom, tem a possibilidade de atendimento em outras 183 cidades. Na telefonia celular opera em 02 cidades.

Atualmente as cidades atendidas por meio de rede própria com o serviço STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado (voz) e Serviço de Comunicação Multimídia (banda larga) são: Apucarana, Arapongas, Astorga, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procópio, Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Mandaguari, Rolândia, Sabáudia, Santo Antônio da Platina, Sarandi e Tamarana.

Por meio de parceria com a Ligga Telecom, tem possibilidade de atendimento de Serviço Telefônico Fixo Comutado (voz) da Sercomtel e Serviço de Comunicação Multimídia (banda larga) da Ligga Telecom, no Estado do Paraná.

As cidades atendidas com o SMP – Serviço Móvel Pessoal são: Londrina e Tamarana.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nos períodos evidenciados, o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Caixa	27	12
Banco conta movimento	195	395
Aplicações financeiras	44.473	47.548
	44.695	**47.955**

As aplicações financeiras são compostas por 63,36% em fundos de investimentos (126,57% do CDI de dez2) e 37,64% em CDB (100,00% do CDI de dez/22).

O saldo das aplicações financeiras está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Caixa Econômica Federal - Bens reversíveis	397	363
Banco Santander	6.103	2.613
Sicoob	-	1.527
Banco Master	37.973	43.045
	44.473	**47.548**

5. CONTAS A RECEBER

Nos períodos evidenciados, o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Contas a receber de particulares	19.827	20.807
Contas a receber de autarquias	668	1.044
Detraf - Declaração de tráfego e prestação de serviços	4.607	-
Contas a faturar	236	283
Outros	1.150	5.395
	26.488	27.529
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa	(8.270)	(7.539)
	18.218	**19.990**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada trimestralmente, levando-se em consideração o percentual acumulado das perdas efetivas ocorridas nos últimos 11 meses, visto que após 360 dias são consideradas como perdas.

6. ESTOQUES

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de estoques está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Material de consumo	5.860	5.774
Aparelhos	51	56
Acessórios e outros	70	356
	5.981	**6.186**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	dez/22	dez/21
Imposto de renda	194	184
Contribuição social	65	63
Imposto s/circulação de mercadorias e prestação serviços-ICMS	3.255	3.572
Imposto de renda retido na fonte	1.943	582
Pis e Cofins	22	22
	5.479	**4.423**
No ativo circulante	3.849	2.759
No ativo não circulante	1.630	1.664
	5.479	**4.423**

O imposto de renda e contribuição social refere-se a créditos de exercícios anteriores, relacionados aos pagamentos destes tributos por estimativa e de retenções de órgãos públicos.

Os créditos relativos ao ICMS referem-se à recuperação de créditos do ativo imobilizado, de compras de insumos e materiais e créditos adquiridos pelo sistema SISCRED.

O imposto de renda retido na fonte decorre dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

8.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

	Imposto Renda		Contribuição Social	
	dez/22	dez/21	dez/22	dez/21
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(48.824)	(34.799)	(48.824)	(34.799)
Adições de despesas indedutíveis	26.122	48.057	25.966	47.776
Exclusões de reversões de provisões	(10.858)	(82.202)	(10.858)	(82.202)
Lucro (Prejuízo) fiscal	**(33.560)**	**(68.944)**	**(33.716)**	**(69.225)**
Tributos reavaliados	64	125	23	45

Os tributos reavaliados referem-se a provisão do imposto de renda e da contribuição social sobre a depreciação dos bens reavaliados.

8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as adições temporárias e sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa, foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, tendo a seguinte composição:

	Imposto Renda		Contribuição Social	
	dez/22	dez/21	dez/22	dez/21
Provisões não dedutíveis				
Provisão para devedores duvidosos	8.270	7.539	8.270	7.539
Provisão para contingências	67.281	57.590	67.281	57.590
Provisão para baixa de ativo imobilizado	836	1.049	836	1.049
Provisão para baixa empréstimo PML	30.437	30.437	30.437	30.437
Provisão contrato concessão/autorização	1.496	892	1.496	892
Provisão para Pasep e Cofins s/ICMS	5.458	5.458	5.458	5.458
Provisão para benefícios pós emprego	24.425	22.241	24.425	22.241
	138.203	**125.206**	**138.203**	**125.206**
Imposto de renda e Contribuição social sobre as provisões temporárias	**16.875**	**16.875**	**8.032**	**8.032**
Ativo circulante	832	832	300	300
Ativo não circulante	16.043	16.043	7.732	7.732
	16.875	**16.875**	**8.032**	**8.032**

A Companhia, quando aplicável, contabiliza imposto de renda e contribuição social diferido calculado às taxas vigentes. Os tributos sobre os planos de suplementação de aposentadoria e pensões estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/2012 que aprovou o CPC 33 (R1). Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em virtude das decisões judiciais na extensão de sua provável realização.

9. CRÉDITOS A COMPENSAR

A Companhia ajuizou a ação nº 2007.70.01.007147-4 na 3ª Vara Federal de Londrina-PR em 20/11/2007 (Mandado de Segurança nº 5006960-17.2019.4.04.7001-PR), objetivando que fosse reconhecido o seu direito líquido e certo ao recolhimento das contribuições sociais para o PIS/PASEP e COFINS sem a inclusão, na base de cálculo, da parcela relativa ao ICMS. Em 28/03/2019 a ação transitou em julgado, com decisão favorável à autora, com efeito retroativo ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde dezembro de 2002.

Em 29/07/2019 a Companhia ingressou na Receita Federal do Brasil com pedido de habilitação de crédito decorrente da ação transitado em julgado, a fim de utilização desse crédito. Em 30/09/2019 foi proferido decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação do crédito pleiteado, onde a Companhia apurou um valor de R$ 26.564 mil, referente ao período de 12/2002 à 11/2007. Em dezembro/2019, a Companhia atualizou o valor pela SELIC e constituiu crédito à compensar no montante de R$ 26.705 mil. Desse montante, R$ 10.655 mil foram registrados na rubrica "Ressarc. /Indenização Diversas" e, R$ 16.050 mil na rubrica "Outras Receitas Financeiras". O crédito será compensado com os valores a pagar dos impostos federais PASEP, COFINS, IRPJ e CSLL.

Contudo, a Receita Federal do Brasil emitiu a Solução de Consulta Interna SCI nº 13/2018, firmando o entendimento que o montante a ser excluído da(s) base(s) de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins é o valor mensal do ICMS a recolher, declarados na escrituração fiscal digital do ICMS (EFD-ICMS), e não o ICMS destacado em Nota. Tal divergência será dirimida no julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional, processo RE 574.706-PR, previsto para abril/2020 no STF - Superior Tribunal Federal.

Diante desta interpretação, a Companhia constituiu provisão no valor de R$ 5.458 mil, referente à diferença apurada em relação ao ICMS a recolher e ICMS apurado.

Os valores do crédito habilitado quando compensado via PERD/DCOMP estão

➤➤➤➤➤

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

➤➤➤➤➤

sujeitos a homologação por parte das autoridades fiscais. A partir do mês de janeiro de 2020 a Companhia passou a realizar tais compensações via PERD/DCOMP dos seguintes tributos: Pis e Cofins cumulativo e não cumulativo.
Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de créditos a compensar está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Créditos a compensar PASEP/COFINS	10.741	15.936
Provisão p/ perdas créditos a compensar	(5.458)	(5.458)
	5.283	**10.478**
Ativo Circulante	5.283	5.616
Ativo não Circulante	-	4.862
	5.283	**10.478**

10. VALORES A RECEBER - VENDA DE IMOBILIZADO

De acordo com o Contrato nº 021/2020, firmado entre a Sercomtel S.A – Telecomunicações e as empresas Construtora Zacarias Ltda., RF Agropecuária Ltda e CLM Participações Ltda., foi celebrado o Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel, fazendo mediante exigência de procedimento licitatório, consoante a autuação do Processo Administrativo nº 021/2020, vinculado ao Edital de Concorrência nº 003/2020, que teve por objeto a alienação de terreno localizado ao lado do Alphaville Londrina 2, pelo valor de R$ 4.780 mil, da seguinte forma: 25% a vista e o restante em 30 parcelas iguais corrigidas pelo INPC.
De acordo com o Contrato nº 021/2020 B, firmado entre a Sercomtel S.A – Telecomunicações e as empresas Montrecon SP São Carlos Incorporações SPE Ltda e Europart Administração Empreendimentos e Participações Ltda, foi celebrado o Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel, fazendo mediante exigência de procedimento licitatório, consoante a autuação do Processo Administrativo nº 021/2020, vinculado ao Edital de Concorrência nº 003/2020, que teve por objeto a alienação de terreno localizado a Avenida Higienópolis, datas 1/18/6/10 A e 1/18/6/10 B, pelo valor de R$ 19.150 mil, da seguinte forma: 25% a vista e o restante em 30 parcelas iguais corrigidas pelo INPC.
Nos períodos evidenciados, o saldo era apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Valores a Receber - Avenida Higienópolis	583	7.151
Valores a Receber - Alphaville	-	1.785
	583	**8.936**
Ativo circulante	583	8.249
Ativo não circulante	-	687
	583	**8.936**

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, que, de acordo com a natureza correspondem:

	dez/22	dez/21
Cíveis	110	378
Tributárias	7.839	7.261
Trabalhistas	3.116	3.884
	11.065	**11.523**

A Companhia possui valores em litígio de natureza tributária junto a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, referente ao Fust – Fundo de Universalização Serviços Telecomunicações, e outras ações judiciais relativas a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL. Os demais depósitos são de natureza trabalhista e cível

12. EMPRÉSTIMOS A OUTRAS EMPRESAS

	dez/22	dez/21
Lormont Participações S.A.	85.804	
	85.804	**-**
No ativo circulante	**-**	**-**
No ativo não circulante	85.804	-
	85.804	**-**

Através da 382ª Reunião do Conselho de Administração, foi ratificado a celebração do Termo de Reconhecimento e Confissão de Dívida da Lormont, que contratou Cédula de Crédito Bancário Nº CSBRA20220600319 (“CCB”), junto ao Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“Credit Suisse”), em 23 de junho de 2022 e a Sercomtel, por meio do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário Nº CSBRA20220600323, figurou na qualidade de garantidor fiduciante do referido CCB;
A Sercomtel realizou a quitação integral do referido CCB, cujo valor atualizado em 1º de novembro de 2022 de R$ 85.804 mil.
As Partes pertencem ao mesmo grupo econômico, sendo a Lormont cotista do Fundo Bordeaux de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Bordeaux”) e este, controlador da Sercomtel.
O valor foi corrigido pelo equivalente a 100% da taxa média referencial do CDI Extragrupo, desde a data da assinatura do CCB. O pagamento será efetuado pela Lormont para fins de quitação da dívida, até 21 de junho de 2024

13. NOTA COMERCIAL

	dez/22	dez/21
Lormont Participações	6.068	-
	6.068	**-**
No ativo circulante	**-**	**-**
No ativo não circulante	6.068	-
	6.068	**-**

Foi celebrado o “Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da LORMONT PARTICIPAÇÕES S.A. ou “Termo de Emissão”, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei nº 14.195/2021”).
O presente Termo de Emissão é firmado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de novembro de 2022, às 11 horas (“AGE da Emissora”), nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195/2021. O valor total da Emissão será de R$ 2.200 mil, na data de emissão, com a emissão de 2.200 (duas mil e duzentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024.
Foi celebrado o “Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, em série única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da LORMONT PARTICIPAÇÕES S.A. ou “Termo de Emissão”, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei nº 14.195/2021”).
O presente Termo de Emissão é firmado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 10 de novembro de 2022, às 11 horas (“AGE da Emissora”), nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195/2021. O valor total da Emissão será de R$ 3.800 mil, na data de emissão, com a emissão de 3.800 (três mil e oitocentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024.

14. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	dez/22	dez/21
AFAC - Bordeaux Participações	99.000	-
	99.000	**-**
No ativo circulante	**-**	**-**
No ativo não circulante	99.000	-
	99.000	**-**

Constitui objeto do contrato de AFAC, a entrega pela INVESTIDORA à INVESTIDA, da quantia de R$ 99.000 mil, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, realizado em 30/06/2022.
O AFAC, objeto do presente Contrato, será convertido em aumento do capital social da INVESTIDA, mediante emissão de ações subscritas pela INVESTIDORA no prazo de 26 meses, contados do aporte do AFAC (junho/2022).

15. IMOBILIZADO

Em 2006, a Companhia registrou reavaliação espontânea do imobilizado no montante de R$ 31.201 mil, com base no laudo técnico de avaliação elaborado por empresa independente.

	Taxa anual de depreciação %	Controladora					
		Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Terrenos		10.746	-	(3.579)	-	-	7.167
Construções prediais e instalações	4 a 12,5	8.906	13	(209)	-	(656)	8.054
Equipamentos de comutação	10 a 25	2.719	78	-	46	(1.064)	1.779
Equipamentos de transmissão	5 a 25	79.945	13.415	(465)	-	(10.821)	82.074
Equipamentos de terminais	5 a 33	44.976	6.094	(1)	-	(2.512)	48.557
Veículos	30,03	-	12	(2)	-	(10)	-
Equipamentos de informática	10 a 33	570	32	(234)	(42)	86	412
Bens de infra estrutura	3,33 a 25	11.246	41	(8)	-	(928)	10.351
Ferramentas e instrumentos	11,66 a 18,18	554	99	(2)	(4)	(137)	510
Equipamento de tele-supervisão	11,11	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento		16.042	17.985	-	(20.476)	-	13.551
Provisão para baixa		(1.049)	-	213	-	-	(836)
		174.656	**37.769**	**(4.287)**	**(20.476)**	**(16.042)**	**171.620**
Custo do imobilizado		677.706					670.922
Depreciação acumulada		(503.050)					(499.302)
Imobilizado líquido		**174.656**					**171.620**

Anualmente é realizado pela Companhia o teste de *impairment* baseado em sua unidade geradora de caixa, de acordo com a metodologia prevista no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).
Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, montante de investimentos, embasam a definição de premissas pela Administração. Neste contexto, referências externas como o nível de consumo, crescimento da atividade econômica no país subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.
Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixas futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político econômico, podem resultar em alta na projeção do risco-pais, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.
O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixas operacionais descontados, sendo que as principais premissas utilizadas foram:
• O conjunto de ativos operacionais utilizados na geração das receitas na data de 31 de dezembro;
• O Planejamento Estratégico para os exercícios de 2023 a 2027 para fins de projeções de receitas e despesas;
• A extensão do horizonte de análise de geração de caixa para o período de 10 (dez) anos, baseado nas premissas iniciais do Planejamento Estratégico, encerrando este período de análise no exercício de 2030;
• Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia;
• A taxa SELIC projetada pelo Banco Central para fins de trazer a valor presente os fluxos futuros de caixa gerados em suas operações.

16. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	Controladora					
		Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Software	7,69	**1.476**	444	-	-	(1.100)	**820**
Custo de intangível		21.959					22.403
Amortização acumulada		(20.483)					(21.583)
Intangível líquido		**1.476**					**820**

A Companhia adquiriu licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação, os quais estão registrados no ativo intangível como “Direitos intangíveis - software”.

17. FORNECEDORES

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de fornecedores está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Fornecedores	39.281	39.778
Passivo Circulante	25.941	38.371
Passivo Não Circulante	13.340	1.407
	39.281	**39.778**

18. TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de impostos, taxas e contribuições estão apresentados da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Cofins	452	691
Pis/Pasep	95	129
ICMS	1.949	3.484
Contribuição Social	22	21
FUST	92	95
FUNTTEL	46	47
	2.656	**4.467**

19. IMPOSTOS

	dez/22	dez/21
ICMS - Gias	125.511	114.966
	125.511	**114.966**
Passivo Circulante	16.746	36.136
Passivo Não Circulante	108.765	78.830
	125.511	**114.966**

O saldo apresentado refere-se ao parcelamento de ICMS e está formado da seguinte forma:

Número	Objeto	Valor
08.903539-2	REFIS	79.379
08.910126-3	GIA/ICMS/Dívida Ativa	36.876
08.910280-4	GIA/ICMS	2.600
08.914153-2	GIA/ICMS	1.892
08.916710-8	GIA/ICMS	1.993
08.919071-1	GIA/ICMS	2.160
08.903710-7	REFIS	611
		125.511

Em julho de 2022, a Companhia aderiu ao REFIS previsto na Lei nº 20.946/21, obtendo uma redução de 70% dos juros e 70% das multas, conforme regras estabelecidas no Programa, o que gerou um benefício de R$ 21.850 mil, resultando em um valor parcelado líquido de R$ 100.424 mil, a ser pago em 60 (sessenta) parcelas.
Neste trimestre, a Companhia também aderiu a novos parcelamentos, resultaram assim, no saldo líquido de R$ 125.511 mil.

20. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de pessoal, encargos e benefícios está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Pessoal, Encargos e Benefícios	7.575	12.661

A Companhia, lançou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), aberto a todos os setores e colaboradores, mediante o pagamento de salários de acordo com o tempo de serviço de cada empregado que efetuou a opção pelo Programa, o período de adesão foi de 27/01/2021 a 04/02/2021.
O Programa contou com a adesão de 165 colaboradores e os valores pagos foram de R$ 19.104 mil, pagos em 08 parcelas.
No mês de outubro, novamente a Companhia, lançou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), aberto a todos os setores e colaboradores, mediante o pagamento de salários de acordo com o tempo de serviço de cada empregado que efetuou a opção pelo Programa, o período de adesão foi de 26/10/2021 a 01/11/2021.
O Programa contou com a adesão de 45 colaboradores e os valores pagos serão de R$ 5.698 mil, para pagamento em 08 parcelas.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	dez/22	dez/21
Banco Master	92.059	-
Conta Garantida - Banco Master	30.579	6.001
	122.638	**6.001**
Passivo Circulante	122.638	6.001
Passivo Não Circulante	-	-
	122.638	**6.001**

22. CONSIGNAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS

	dez/22	dez/21
Consignação em favor de terceiros	5.919	5.546

Refere-se substancialmente aos valores de co-billing (conjunto de regras e procedimentos
para pagamentos e rateios referentes à remuneração das chamadas que cursam por redes de diferentes operadoras), bem como valores de serviços de terceiros cobrados em fatura telefônica.

23. PROVISÃO PARA IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE REAVALIAÇÃO

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação estão apresentados da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Provisão para IR sobre reavaliação	1.139	1.216
Provisão para CS sobre reavaliação	410	437
	1.549	**1.653**

24. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

	dez/22	dez/21
Benefícios pós emprego	24.425	22.241

A Sercomtel foi autorizada a instituir e patrocinar uma entidade de previdência privada pela Lei Municipal nº 5.277/92. A SUPRE - Fundação de Suplementação Previdenciária, teve seu estatuto e funcionamento como EFPC, aprovado pelo Ministério da Previdência Social através da Portaria nº 1.359 de 20 de julho de 1994. O início oficial de suas atividades foi a partir de 1º de agosto do mesmo ano, tendo como finalidade conceder benefícios suplementares ou assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social a todos os empregados das Patrocinadoras que se filiarem como Participantes dos Planos de Benefícios. A entidade segue regulamentações e normas estabelecidas para as entidades fechadas de previdência complementar, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.
As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora do plano assistencial e plano previdenciário são registradas em consonância com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33 (R1), com vigência, a partir de 01/01/2013.
Os valores contabilizados referem-se ao cálculo do benefício pós emprego sobre o Plano de Saúde e o Plano de Previdência.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião dos advogados, relativamente às ações judiciais classificadas como probabilidade de perda provável, a provisão para contingências foi realizada com base no estágio atual dos processos, bem como das teses jurídicas, argumentos e provas constantes dos autos de cada um dos processos, e considera uma estimativa de valores para cobrir eventuais desembolsos financeiros.
Nos períodos evidenciados, os processos judiciais, cuja perda foi considerada provável pelos advogados estavam compostos da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Cíveis	42.457	32.620
Trabalhistas	24.824	24.970
	67.281	**57.590**

A Companhia vem discutindo determinadas questões cíveis, tributárias e trabalhistas na esfera judicial, as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais (vide nota 11).
a) *Ações cíveis*
Referem-se substancialmente a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL, questões contratuais com fornecedores, ações movidas por consumidores e os processos em que se discute o direito a ações da empresa.
No que se refere ao direito a ações da empresa, a SERCOMTEL tem adimplido os honorários de sucumbência, custas processuais e valores referentes a dividendos e JCP, relacionados aos processos individuais em direito acionário, assim tem sido realizada pela Companhia a entrega das ações preferenciais aos proprietários, que atendessem os requisitos previstos na Lei nº 11.640/2012.
Outrossim, não se pode olvidar que parcela significativa das demandas judiciais concernentes à temática supracitada foi redistribuída das Varas da Fazenda Pública para as Varas Cíveis da Comarca de Londrina, em decorrência da conclusão do processo de desestatização da Sercomtel S.A. - Telecomunicações. Consequentemente, diversas demandas até então suspensas foram reativadas, acarretando um aumento no cumprimento de condenações judiciais relacionadas às pretensões acionárias.
Importa também informar que a Companhia igualmente está cumprindo a sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública, Autos nº 008765-63.2001.8-16.0014, na qual o Ministério Público Estadual logrou êxito em assegurar aos 52.778 usuários que custearam os serviços telefônicos da autarquia SERCOMTEL o direito de receber o certificado das ações devidas, bem como dividendos. O cumprimento se dá na via administrativa ou nas execuções individuais eventualmente propostas. Nas demandas judiciais referentes a Ação Coletiva, há também a obrigação da Sercomtel em adimplir valores a título de custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência.
Convém ressaltar ainda o processo n° 0025057-30.2018.8.16.0014, o qual se refere a ação ordinária de responsabilidade societária por danos patrimoniais, almejando o reconhecimento da exigibilidade do pagamento do débito oriundo da celebração de instrumento de confissão de dívida, denominado “Instrumento de Consolidação de Contas”, bem como a responsabilização do acionista controlador. sofreu alteração referente à provisão, sendo que, atualmente, consta o provisionamento de risco provável no valor de R$ 377 mil, em decorrência da obrigação expressa de encerramento do feita prevista na cláusula 5.1.18 do Contrato Administrativo SMGP nº 199/2020, bem como da condenação ao pagamento de honorários advocatícios em benefício do Município de Londrina. Entretanto, o valor contingenciado não constitui despesa efetiva, tendo em vista a inexistência do trânsito em julgado, em decorrência da pendência de julgamento dos recursos interpostos perante às Instâncias Superiores.
Merece destaque também o processo judicial nº 0003574-51.2012.8.16.0014, concernente à ação de indenização cumulada com perdas e danos e lucros cessantes proposta Lynxcom Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações Ltda em face da Sercomtel. Em síntese, a Parte Autora almeja a condenação da Ré ao pagamento da quantia que efetivamente deixou de receber (lucros cessantes), bem como de multa contratual, devido ao descumprimento de obrigações contratuais imputadas à Sercomtel vinculadas ao contrato celebrado entre as partes para disponibilização de serviço de TV por assinatura em pacotes promocionais integrantes do “BOX TV SERCOMTEL”.
O pedido acerca dos lucros cessantes fora afastado, porém permanece a condenação da Companhia ao pagamento da multa contratual, com valor estimado de R$ 385 mil. Além disso, após o esgotamento das vias recursais, o trânsito em julgado operou-se em agosto de 2022. Desta feita, vislumbra-se o risco de início da fase de cumprimento de sentença, sendo recomendada a provisão da demanda em apreço.
Não se pode olvidar ainda o processo judicial n. 0060895-39.2015.8.16.0014. Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela pessoa jurídica Kurunczi Engenharia e Construções Ltda – EPP em face da Sercomtel S.A. – Telecomunicações em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais vinculadas ao contrato administrativo entabulado entre as partes. Em primeira instância, fora determinada a condenação da Companhia ao pagamento da quantia referente aos serviços efetivamente realizados pela autora, correspondente à quantia atualizada de R$ 277 mil. Atualmente, a demanda aguarda julgamento do Agravo Interno em Recurso Especial pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo a última medida recursal cabível, revelando que o trânsito em julgado e o respectivo cumprimento de sentença podem ocorrer em breve.
Faz-se mister salientar o processo judicial n. 0055713-28.2022.8.16.0014. O feito diz respeito a ação declaratória de reconhecimento de débito cumulada com cobrança proposta pela COPEL DIS contra a Sercomtel em decorrência de irregularidades nos equipamentos de medição de energia elétrica, gerando o registro de quantidade de energia menor do que a efetivamente consumida. A estratégia de defesa inicial consiste na tentativa de celebração de acordo extrajudicial mediante proposta de pagamento da quantia de R$ 33 mil, conforme autorizado pela Diretoria Administrativo-Financeira da Companhia.
Dentre as ações cíveis que envolvem a Anatel (compostas de execuções fiscais propostas pela Agência e embargos à execução e/ou ações declaratórias de nulidade propostas pela Sercomtel), a discussão se adstringe às multas aplicadas por supostas infrações que teriam sido praticadas pela companhia e que foram aferidas através de processos administrativos - PADOS.
Tais multas versam, em sua maioria, sobre descumprimentos de obrigações com os usuários e obrigações decorrentes de seus contratos de concessão do serviço de telefonia fixa, o que envolve as metas do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) e bens reversíveis.
A Companhia mantém sua política de acordo e continua realizando trabalho preventivo com as demais áreas. Os processos de Consumidor, assim como antes, continuam com as principais temáticas versando sobre falhas de prestação de serviço, multas por não devolução de modem e descumprimento de fidelidade e inscrição indevida em SPC/SERASA por cobranças indevidas.
Apesar disto, na seara de Consumidor está havendo uma diminuição, ainda que pequena, na quantidade de processos ativos se comparado o ano de 2021 com 2022.
b) *Ações trabalhistas*
As contingências trabalhistas são compostas, na sua maioria, de ações relativas à ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, com pedidos relativos à reenquadramento salarial, equiparação, reintegração ao emprego, dentre outras verbas trabalhistas.
Iniciou-se em 2022 o ajuizamento de ações trabalhistas de pleitos referentes a auxílio alimentação “in natura”, havendo sentenças favoráveis e desfavoráveis. As alegações são de supressão indevida das refeições servidas no restaurante próprio da Sercomtel, sendo as refeições eram gratuitas.
Além disso, contingência passiva provável, dos processos trabalhistas de ex-empregados da Sercomtel, sofreu sensível redução no final de 2021, pois a Companhia logrou êxito em celebrar diversos acordo em execuções definitivas e provisórias, especialmente em processos em que se discutiam pedidos de reintegração de empregados desligados em 2013.
Em tais processos, a Sercomtel havia sido condenada na reintegração no emprego e no pagamento de salários de afastamento até a efetiva reintegração. Os acordos estão sendo quitados, tanto para os processos de execução definitiva quanto para os processos de execução provisória.
A Administração, com base na opinião de seus advogados, considera que as provisões para contingências cíveis e trabalhistas, são suficientes para cobrir eventuais desembolsos financeiros decorrentes dessas questões judiciais.
A Administração elenca os valores das ações classificadas como probabilidade de perda possível, conforme opinião dos advogados relativamente às ações judiciais em trâmite. Entretanto, não foram constituídas as respectivas provisões sobre as ações com possível risco de perda, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, mas, tão somente, sua divulgação, conforme abaixo:

	dez/22	dez/21
Cíveis	337.116	219.902
Trabalhistas	12.740	8.135
Tributárias	73.964	21.031
	423.820	**249.068**

a) *Ações cíveis*
Destacam-se daquelas relativas a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL e questões contratuais com fornecedores e ações movidas por consumidores.
Entre as questões cíveis, tramita perante a 1ª Vara Cível de Osasco, Estado de São Paulo, a ação monitória que tem como objeto nota promissória que sofreu diversas cessões até que se tornasse de titularidade da autora, a empresa GHR Importação e Exportação Ltda. A nota promissória foi assinada em junho de 2000 e somente em 2010 foi ajuizada a referida ação monitória visando cobrar os valores, razão pela qual a Sercomtel S.A. - Telecomunicações entende que não é provável a conversão do documento escrito em título executivo judicial, por estar prescrita a dívida. Foi proferida sentença em primeira instância, com julgamento improcedente da demanda, tendo a Autora GHR recorrido, estando o processo nesta fase. Desta forma, optamos pela probabilidade de perda possível, visto que ainda há discussão judicial, no valor de R$ 310.389 mil.
Merece destaque também o processo n° 0028776-74.2005.8.16.0014, o qual diz respeito a ação declaratória de nulidade de atos administrativos praticados em procedimento licitatório (desclassificação de licitante), bem como, a título de pedido subsidiário, de condenação das Rés Sercomtel Telecom e Sercomtel Celular ao pagamento de lucros cessantes. A pretensão foi julgada procedente, reconhecendo a nulidade dos atos impugnados, bem como a condenação ao pagamento dos lucros cessantes. Após o trânsito em julgado, a Parte Autora promoveu a regular continuidade do feito, sendo que, atualmente, o processo está na fase de liquidação de sentença. Ademais, foi deferida a realização de prova pericial, para apuração dos lucros cessantes, aguardando-se complementação do laudo pericial. Os trabalhos periciais apuraram a quantia de R$ 4.820 mil, porém há possibilidade de impugnação aos cálculos. Por esta razão, optamos pela probabilidade de perda possível, valor este que não constava na última planilha de atualização apresentada no processo.
Por fim, no tocante às ações de cobranças movidas pela Companhia, percebeu-se um acompanhamento estratégico dos processos judiciais em tramitação. Concomitantemente, a Companhia tem adotado outras medidas com o objetivo de prevenir e implementar a recuperação de créditos.
b) *Ações trabalhistas*
São compostas, na sua maioria, de ações relativas à ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, com pedidos relativos à reenquadramento salarial, equiparação, reintegração ao emprego, dentre outras verbas trabalhistas.
Para o ano de 2022, percebe-se aumento considerável das contingências passivas de perda possível, especialmente em decorrência das demissões ocorridas no ano de 2021. São ações em que os pedidos envolvem reintegração no emprego, diferenças do PCCS, auxílio-refeição como verba de natureza salarial, alteração da jornada das telefonistas na década de 90 sem aumento de salário.
c) *Ações tributárias*
As contingências tributárias são compostas por 4 ações, classificadas como perda possível.
Nos autos n. 0031397-05.2009.8.16.0014 (ICMS competência 2004), a SERCOMTEL aderiu ao parcelamento do débito, remanescendo tão somente a cobrança dos honorários advocatícios devidos a PGE/PR no importe de R$ 1,1 milhão.
Existem três processos em que a SERCOMTEL discute a incidência de ICMS sobre valores de “Disponibilidade de Rede”:
(i) Autos n. 0033118-45.2016.8.16.0014, referente à Execução Fiscal ajuizada pelo

➤➤➤➤➤

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

Estado do Paraná, que tem por objeto a cobrança do ICMS das competências de novembro de 2013 a dezembro de 2014. Referido processo está suspenso aguardando decisão a ser proferida nos autos da ação ordinária n. 0031146-40.2016.8.16.0014, a qual está em fase de produção de prova pericial.
(ii) Autos n. 0085236-61.2017.8.16.0014, referente à Ação Ordinária visando a anulação de débitos fiscais de ICMS referente às competências de janeiro de 2015 a setembro de 2016, bem como a declaração do direito à não incidência de ICMS sobre valores de disponibilidade de rede. Foi proferida decisão concedendo a antecipação dos efeitos da tutela para o fim de suspender a exigibilidade dos valores discutidos. Os autos foram suspensos até julgamento do Tema n. 827 (RE n. 912.888/PR) pelo Supremo Tribunal Federal. Em 01/12/2022 foram julgados os Embargos de Declaração opostos no referido recurso. Diante do julgamento do STF, foi proferida decisão no processo da Sercomtel determinando a suspensão da tramitação até o a publicação do acórdão proferido no julgamento do Tema n. 827 pelo Supremo Tribunal Federal.

26. PARCELAMENTOS ANATEL

A Administração optou pela adesão da Lei 12.996/2014, denominado Refis da Copa, visando buscar a regularidade fiscal junto a ANATEL. Após a aprovação na Redir nº 729 e no CAD nº 262, a Companhia aderiu ao parcelamento dos débitos decorrentes de Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigação - PADOs, da ANATEL, tendo pago 10% do valor em 05 parcelas e o saldo remanescente parcelado em 180 vezes, atualizado pela taxa SELIC.

Execução Fiscal	dez/22	dez/21
5013400-39.2013.404.7001	3.212	3.744
5013400-39.2013.404.7001	42	50
5004765-69.2013.404.7001	1.201	1.401
5010996-15.2013.404.7001	494	575
Esfera Administrativa	447	520
5008214-98.2014.404.7001	500	583
Esfera Administrativa	89	105
5013637-39.2014.404.7001	59	68
5008217-53.2014.404.7001	49	57
5011779-07.2013.404.7001	108	125
5001631-05.2011.404.7001	697	814
5009266-37.2011.404.7001	531	625
5009268-07.2011.404.7001	463	540
5002767-03.2012.404.7001	491	573
5004215-79.2010.404.7001	92	108
5000562-69.2010.404.7001	36	41
5003372-17.2010.404.7001	182	210
5004192-36.2010.404.7001	59	68
5000734-35.2015.404.7001	937	1.093
53516002295_2008	938	1.107
53516000948_2009	568	664
	11.194	**13.071**
Passivo Circulante	2.956	2.718
Passivo Não Circulante	8.238	10.353
	11.194	**13.071**

27. PARCELAMENTOS SUPRE

Baseado em parecer emitido pela Exacttus Consultoria Atuarial, anexado ao parecer jurídico emitido pelo escritório Bichara Advogados, em dezembro de 2014, a Companhia, através da 740ª Reunião de Diretoria, aprovou o registro contábil de crédito no montante de R$ 4.040 mil, referente aos saldos dos fundos mantidos pela Fundação, entendidos pelos assessores jurídicos, como um valor a receber junto a SUPRE, o qual passou a ser compensado com as contribuições mensais subsequentes devidas pela Patrocinadora.
Face a contestação da SUPRE quanto ao procedimento adotado pela Patrocinadora, a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, da PREVIC, decidiu, por meio de sentença arbitral proferida no processo nº 397045330, que os recursos que integram os citados fundos, não poderiam ser integralmente revertidos em favor da Patrocinadora. Como consequência, foram promovidos os ajustes necessários ao cumprimento da referida decisão, gerando a reversão da receita reconhecida anteriormente, assim como o passivo decorrente das compensações efetuadas até agosto de 2016, o qual será liquidado em 120 parcelas.
Tendo em vista o Auto nº 0052355-55.2010.4.01.3400., objetivando o imediato ressarcimento dos valores de remuneração dos dirigentes cedidos pela Sercomtel S.A. – Telecomunicações, na qualidade de patrocinadora, através da 1.039ª Reunião de Diretoria deliberado pela realização do Termo Aditivo ao Termo de Transação e Assunção de Responsabilidade, que trata dos valores devidos pela Sercomtel a Supre, para pagamento dos valores em 60 parcelas, com o índice de correção pelo INPC.
Nos períodos evidenciados, o saldo era apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Supre	4.262	5.142
Passivo Circulante	1.294	1.203
Passivo Não Circulante	2.968	3.939
	4.262	**5.142**

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bordeaux Fundo de Investimento	1.322.464.524	99,92	8.544.481	82,26	1.331.009.005	99,78
Outros	1.052.501	0,08	1.843.064	17,74	2.895.565	0,22
	1.323.517.025	**100,00**	**10.387.545**	**100,00**	**1.333.904.570**	**100,00**

Em 23/12/2020, os Acionistas presentes à 96ª Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), por unanimidade de votos, aprovaram o aumento do capital social da Sercomtel S.A. – Telecomunicações ("Sercomtel"), no valor de R$ 130.000 (cento e trinta milhões de reais), por meio da emissão de 1.300.000.000 (um bilhão e trezentas milhões) de ações ordinárias nominativas, ao valor de emissão de R$ 0,10 (dez centavos de reais) cada. Referida operação foi totalmente subscrita pelo Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Bordeaux"), sendo que a integralização aconteceu da seguinte forma: R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), por meio de aporte de recursos financeiros em 23/12/2020 e, R$ 80.000 (oitenta milhões de reais) também por meio de aporte de recursos financeiros em 23/06/2022.
O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2022 é de R$ 392.414.937,24 dividido em 1.323.517.025 ações ordinárias e 10.387.545 ações preferenciais, ambas sem valor nominal.

29. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de outras despesas e receitas operacionais está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Outras Despesas Operacionais		
Ações trabalhistas/cíveis	(23.782)	(22.800)
PDV - Prog. Demissão Voluntária	-	(24.612)
Juros/Multas	(226)	(8.659)
Patrocínios - social/esportivo	(100)	(17)
Descontos concedidos	(1.711)	(853)
Impostos, taxas e contribuições	(2.844)	(3.311)
Despesas/Reversões com Provisões	(16.360)	31.902
Pré pago - provedor	-	(250)
Ônus Anatel (concessão/autorização)	(164)	(1.359)
Outros	(4.150)	(301)
	(49.337)	**(30.260)**
Outras Receitas Operacionais		
Serviços técnicos administrativos	2.067	10.485
Receitas com multas	1.449	1.799
Receitas com despesas recuperadas	2.977	2.486
Outras receitas operacionais/não operacionais	10.210	3.148
	16.703	**17.918**
	(32.634)	**(12.342)**

30. RESULTADO FINANCEIRO

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta resultado financeiro está apresentado da seguinte forma:

	dez/22	dez/21
Despesas Financeiras		
Juros sobre fornecimento de materiais e serviços	(1.070)	(642)
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	(17.467)	(8.436)
Juros de instituições financeiras	(13.734)	(16)
Juros - outros	(492)	(668)
IOF	(1.973)	(36)
Outras despesas financeiras	(1.027)	(589)
	(35.763)	**(10.387)**
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	9.667	3.689
Juros sobre imposto de renda e contribuição social	931	400
Juros sobre contas telefônicas	1.391	974
Atualização contas receber - fixa/celular	813	913
Juros - Adiantamento de DETRAF	5	-
Juros s/ Contratos	302	1.299
Descontos obtidos	999	976
Ganhos na arrecadação	437	235
Outras receitas financeiras	21.859	8.826
	36.404	**17.312**
	641	**6.925**

O valor reconhecido como Outras receitas financeiras se refere a redução de multa e juros no REFIS dos parcelamentos de ICMS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19.

31. SEGUROS

A Administração, apoiada na avaliação de especialistas, contrata cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros em seu ativo imobilizado. Os tipos de seguros contratados são: responsabilidade civil facultativa – automóvel, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil geral, riscos diversos - roubo de valores, riscos diversos - equipamentos. Os administradores da companhia estão cobertos por seguro de responsabilidade civil – D&O.

32. COMPROMISSOS COM ANATEL

A Sercomtel S.A. - Telecomunicações, concessionária do serviço telefônico fixo comutado - STFC para o setor 20 da Região II do PGO (Municípios de Londrina e Tamarana), deve observância ao contido no Plano Geral de Metas para a Universalização – PGMU V (Decreto nº 10.610/2021), que estabelece que as concessionárias de telefonia fixa instalem backhaul com tecnologia de fibra ótica em sede de municípios, vilas, áreas urbanas isoladas e aglomerados rurais. O cronograma de implementação prevê o atendimento de:
II - no mínimo, 25% dos locais até 31 de dezembro de 2022;
III - no mínimo, 45% dos locais até 31 de dezembro de 2023;
IV - 100% dos locais até 31 de dezembro de 2024.

33. EFEITO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Face os recentes acontecimentos relacionados com a pandemia do coronavírus (COVID-19), a Administração da Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos e seus efeitos sobre as áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos e sociais, sendo que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022.
A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Sercomtel S.A. Telecomunicações
Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sercomtel S.A. Telecomunicações**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Sercomtel S.A. Telecomunicações**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Ações pleiteando direito acionário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, a Companhia possui ações judiciais pleiteando direito acionário, para as quais a Companhia tem adimplido os honorários de sucumbência, custas processuais e valores referentes a dividendos e JCP, além da entrega dos certificados das ações preferenciais devidas aos proprietários que atendem aos requisitos previstos na Lei nº 11.640/2012 e que ingressaram com processos individuais, inclusive, em decorrência do trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 008765-63.2001.8-16.0014. Para fazer frente às execuções individuais decorrentes da sentença coletiva, a Companhia, com base em análise efetuada por seu departamento jurídico, mantém provisionado aproximadamente R$ 986 mil. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

b) Operações com empresas ligadas:

No decorrer do exercício de 2022 a Companhia realizou diversas operações de aportes e captação de recursos com empresas ligadas, conforme descrito a seguir:
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC
Conforme Nota explicativa nº 14, em 30 de junho de 2022, a Sercomtel na posição de "investidora", aportou o valor de R$ 99 milhões no Bordeaux Participações S/A (investida), a título de "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC". Referido AFAC deverá ser convertido em aumento de capital social na "investida", mediante emissão de ações a serem subscritas pela "investidora", no prazo de 26 meses, a contar da data aporte. O Bordeaux Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia é o controlador de ambas as Companhias.

Empréstimos a outras empresas
Conforme Nota explicativa nº 11, em 23 de junho de 2022, através do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário nº CSBRA20220600323, onde a empresa Lormont Participações S.A. figurou como Interveniente Anuente e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., como Credor Fiduciário, a Sercomtel S.A – Telecomunicações assumiu a qualidade de Cedente Fiduciante, garantindo todas as obrigações, principais e assessórias da Cédula de Crédito Bancário Nº CSBRA20220600319, no valor principal de R$ 81.533 mil, emitida pelo Interveniente Anuente em favor do Credor Fiduciário na mesma data. A Sercomtel realizou a quitação integral da referida Cédula de Crédito Bancário, em 1º de novembro de 2022, cujo valor atualizado representou o montante de R$ 85.804 mil. O Interveniente Anuente e o Cedente Fiduciário pertencem ao mesmo grupo econômico, sendo a Lormont cotista do Bordeaux Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Fundo Bordeaux"), controlador da Sercomtel. A quitação da dúvida deverá ser realizada pela Lormont a Sercomtel, em até 21 de junho de 2024.

Aquisição de Notas Comerciais
Conforme Nota explicativa nº 13, em 08 de novembro de 2022, foi celebrado o "Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da Lormont Participações S.A. (Emissora). O valor total da emissão foi de R$ 2.200 mil, com a emissão de 2.200 (duas mil e duzentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024. No dia 10 de novembro de 2022, foi celebrado o "Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da Lormont Participações S.A (Emissora). O valor total da Emissão foi de R$ 3.800 mil, com a emissão de 3.800 (três mil e oitocentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024. Sobre o valor nominal das Notas Comerciais, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo".

Contratação de Empréstimos e Financiamentos
Conforme descrito na Nota explicativa nº 21, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha saldo de R$ 122.638 mil na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", decorrentes de operações contratadas junto ao Banco Master. Daquele montante, o valor original de R$ 74.524 mil foi contratado em 30 de junho de 2022, a uma taxa de juros de CDI + 1% ao mês, a ser quitado integralmente em 01 (uma) prestação com vencimento em 30 de junho de 2023. Ainda em 30 de junho de 2022, foi disponibilizado pelo Banco Master à Sercomtel, limite de crédito no montante de R$ 29.000 mil, a taxa de juros de CDI + 1% ao mês.
Nossa opinião não está modificada em relação aos assuntos descritos acima.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Consideramos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Aumento relevante de provisão para contingências (Nota explicativa nº 25)
O saldo das provisões para contingências está composto por ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, requerendo, principalmente, reenquadramento salarial, reintegração ao emprego e verbas trabalhistas e por ações cíveis, em sua maioria, por ações ou processos administrativos que envolvem a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, provenientes de multas aplicadas por supostas infrações que teriam sido praticadas pela Companhia e que foram aferidas através de Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações – PADOS. Tais multas versam, em sua maioria, sobre descumprimentos de obrigações com os usuários e obrigações decorrentes de seus contratos de concessão do serviço de telefonia fixa, o que envolve as metas do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) e bens reversíveis, além de processos na área de direito do consumidor, questionando-se especialmente eventuais inscrições no Serasa devido à ausência comprobatória da contratação dos serviços.
Consideramos como Principal Assunto de Auditoria devido ao aumento significativo no montante das provisões de cunho trabalhista, com reflexo relevante nas demonstrações contábeis.
Em nossa auditoria, nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento das premissas utilizadas, em comparação ao ano anterior e revisão dos relatórios dos assessores jurídicos em relação a probabilidade e estimativa de perda.
Na aplicação dos procedimentos acima não identificamos situações de inconsistências relacionadas ao aumento da provisão e seus reflexos contábeis, e de acordo com as práticas utilizadas para levantamento deste tipo de provisão, verificando que o aumento no valor das provisões decorre, substancialmente, pela alteração do valor estimado de perda do processo administrativo 53500.055162/2017-67, onde a Anatel e a Sercomtel discutem sobre a outorga do Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado, em que a estimativa de perda passou de R$ 2.600 mil em 31 de dezembro 2021 para R$ 16.000 mil em 31 de dezembro 2022.

Outros assuntos

Continuidade operacional - Pado nº 53500.070925/2017-08
Desde 2017 a Companhia vinha passando por processo de avaliação por parte da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, quanto a aplicação de caducidade no tocante a concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, bem como das autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou não de cassação das referidas outorgas, com a instauração de Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações – Pado nº 53500.070925/2017-08. Visando a reversão do processo de caducidade e de cassação, o Município de Londrina, autorizou a Prefeitura Municipal a efetuar a desestatização da Sercomtel S.A. – Telecomunicações e em 18 de agosto de 2020 foi realizado leilão para cessão do direito de preferência no aumento de capital na Companhia, através de sessão pública organizada e realizada pela B3 S.A, tendo como vencedor o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo valor mínimo de R$ 130 milhões. A efetivação da transferência do controle acionário ocorreu após anuência da ANATEL, em 16 de dezembro de 2020, bem como, a integralização de parte do capital, no valor de R$ 50 milhões efetuado imediatamente após referida anuência, sendo que o valor remanescente de R$ 80 milhões, deveria ser integralizado no prazo máximo de até 18 (dezoito) meses, conforme necessidade de fluxo de caixa da empresa. Como decorrência da troca de controle acionário, do aporte de recursos e demais medidas adotadas pela Companhia para evitar os riscos à continuidade dos serviços oferecidos, bem como alavancar outros serviços de telecomunicações, em setembro de 2021 a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, decidiu pelo arquivamento e extinção do processo em referência. Em 23 de junho de 2022, o capital remanescente, no valor de R$ 80 milhões foi integralizado pelo Bordeaux Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 17 de fevereiro de 2023

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

AVISO DE LICITAÇÃO PROAMUSEP – UASG 926750
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 12/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2023

Maringá/PR, 25 de abril de 2023

O Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, com sede a Avenida Nóbrega, 370 – Zona 04 – Maringá/PR, torna público que fará realizar às **08h00min (oito horas), do dia 11 de maio de 2023**, no sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de Gêneros limentícios (*Coffee Break*), por um período de 12 (doze) meses, com o valor global de R$ 57.478,36 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos). A pasta técnica e a documentação com inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser adquirida na sede do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo site www.proamusep.com.br/portaldatransparencia/licitacao.
Letícia Cristina Alves Drechasler da Silva – Pregoeira

CONSÓRCIO DE GESTÃO PROAMUSEP — SAMU 192

AVISO DE CREDENCIAMENTO: 1ª ABERTURA DOS ENVELOPES
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 14/2023: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2023
SAMU REGIONAL NORTE NOVO – PROAMUSEP: CREDENCIAMENTO – FLORIANO – MARINGÁ/PR

Maringá/PR, 25 de abril de 2023

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP – PROAMUSEP, com sede a Avenida Nóbrega, 370 – Zona 04 – Maringá – PR, torna público que fará realizar a partir das **09H00MIN (NOVE HORAS) DO DIA 17 (DEZESSETE) DE MAIO DE 2023**, na sede do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, **A PRIMEIRA SESSÃO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM E DE CONDUTOR SOCORRISTA PARA ATUAR NA UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO DO SAMU REGIONAL NORTE NOVO NO DISTRITO DE FLORIANO, NA CIDADE DE MARINGÁ/PR.** A pasta técnica e a documentação com inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser adquirida na sede do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo site www.proamusep.com.br/portaldatransparencia/licitacao.

• FORMA DE ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO/PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA: **VIA E-MAIL** credenciamentosamu@proamusep.com.br **OU PRESENCIALMENTE NA SEDE ADMINISTRATIVA DO PROAMUSEP, SITO À AVENIDA NÓBREGA, 370 – ZONA 04 – MARINGÁ/PR.**

Letícia Cristina Alves Drechasler da Silva
Comissão de Licitação – PROAMUSEP

PREFEIITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2023 – PMR.
Processo nº 113/2023.

Objeto: Construção de 2 módulos com 32 jazigos triplos subterrâneos, num total de 192 compartimentos para urnas mortuárias, no cemitério público municipal "Jardim das Hortências", nesta cidade. Tipo: Empreitada por preço global, tipo menor preço, por item. Prazo de Execução: 90 (noventa) dias. Valor Máximo Total R$: R$ 414.710,93. Entrega dos envelopes: Até às 13:00 horas do dia 15/MAIO/2023. Inicio da sessão: 15/MAIO/2023, às 13:30 horas. Disponibilidade do Edital: Na Prefeitura do Município de Rolândia, Paraná, localizado na Av. Presidente Bernardes, 809, Centro, no horário das 12:00 às 18:00. Ou no site: http://www.rolandia.pr.gov.br/. Informações: Através dos telefones (43) 3255-8615, no horário das 12:00 às 18:00 horas ou através do e-mail: licitacao@rolandia.pr.gov.br.

Rolândia, 24 de Abril de 2023.
Maria do Carmo Gorla Fernochi
Secretaria de Compras, Licitação e Patrimônio

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW